



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ACOMPANHAR E A MONITORAR AS POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS, A QUALIDADE DE SUA EXECUÇÃO E SEUS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS

REQUERIMENTO Nº , DE 2019

(Da Sra. Deputada Tabata Amaral)

Requer à Senhora Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento informações sobre ações de planejamento, implementação e monitoramento das ações de regulamentação fundiária e territorial.

Senhor(a) Presidente,

Nos termos do artigo 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requiero que sejam encaminhadas, pela Senhora Ministra de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina Corrêa da Costa dias, as seguintes informações a respeito das **ações de Regulamentação Fundiária (2016-2019)**:

1. Qual a situação das glebas federais que já passaram por decisões da Câmara Técnica de Destinação e Regularização Fundiária de Terras Públicas Federais Rurais da Amazônia Legal? Qual a área alocada para regularização fundiária privada, criação de unidade de conservação, demarcação de terra indígena e concessão florestal? Qual o planejamento para executar essa destinação? Quais as ações atualmente em curso para impedir que áreas federais ainda não destinadas sejam ocupadas ilegalmente e desmatadas?
2. Qual a situação dos processos de demarcação de terras indígenas em andamento? Quantos existem, quais as fases e qual o planejamento de demarcação nos próximos 3 anos? Qual a estrutura (orçamento e RH) disponível para essa função? Quais os fatores que impedem a conclusão dos processos em fase mais avançada?
3. Qual a situação do programa Terra Legal? Caso não exista mais, como suas atribuições estão divididas na estrutura atual do governo federal incluindo ações de

- georreferenciamento de glebas e imóveis, avaliação dos pedidos de regularização, emissão de títulos e cobrança de valores (nos casos acima de 1 módulo fiscal)? Quais as metas e estrutura (orçamento e RH) disponível para cada uma dessas etapas?
4. Qual o plano para tratar de glebas federais ocupadas após 2011, já que a legislação atual não permite sua regularização fundiária sem licitação? Qual o planejamento para retomar o controle dessas áreas, especialmente nos casos de desmatamento ilegal?
 5. Qual o planejamento para concessões florestais? Quantas e quais áreas serão disponibilizadas nos próximos 3 anos e qual o cronograma previsto?
 6. Como está ocorrendo a regularização ambiental, especialmente quanto à avaliação dos dados do Cadastro Ambiental Rural? Qual a estrutura (recursos e RH) disponível para essa tarefa e prazos? Como tem sido a articulação e apoio aos estados?
 7. Como o governo avalia o cumprimento de normas ambientais para imóveis que acessam crédito rural proveniente de recursos públicos? Quais medidas estão sendo adotadas nos casos que acessam esses recursos e descumprem as normas?

J U S T I F I C A Ç ã O

O requerimento de informação visa subsidiar relatório que será produzido pela Comissão, especificamente visa esclarecer pontos a respeito de Ordenamento fundiário e territorial: planejamento, implementação e estratégia de integração Interfederativa das ações de regularização fundiária e territorial, incluindo o Programa Terra Legal, e os processos de Regularização Fundiária em Unidades de Conservação e Terras Indígenas, com vistas a proteger o patrimônio público e evitar distorções econômicas.

Sala das Comissões, em 30 de Setembro de 2019.

Deputada Tabata Amaral
PDT/SP